

Projeto de Avaliação de Impactos Cumulativos - PAIC

Relatório da Reunião de Apresentação dos Resultados
Finais (Fase 7)

Litoral Norte/SP



Volume 1

E&P

Nov/2020



PETROBRAS

Projeto de Avaliação de Impactos Cumulativos - PAIC

Região Litoral Norte/SP

**Relatório da Reunião de Apresentação dos Resultados Finais
(Produto 7.1.2 - Fase 7)
Volume 01**

Novembro / 2020



E&P

CONTROLE DE REVISÕES

REV.	DESCRIÇÃO	DATA
00	Documento Original	17/11/2020

	Original	Rev. 01	Rev. 02	Rev. 03	Rev. 04	Rev. 05	Rev. 06	Rev. 07
Data	17/11/2020							
Elaboração	Temis/Nemus							
Verificação	Temis /Nemus							
Aprovação	Temis /Nemus							

ÍNDICE GERAL

I.	NOTA INTRODUTÓRIA.....	1
II.	PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO DA REUNIÃO.....	3
III.	REALIZAÇÃO DA REUNIÃO	5
	III.1. ORGANIZAÇÃO E LOGÍSTICA.....	5
	III.2. OBJETIVOS.....	5
	III.3. PARTICIPANTES	5
	III.4. PROGRAMAÇÃO / DINÂMICAS	7
	III.5. REGISTRO DAS DISCUSSÕES	8
	III.5.1. Abertura.....	8
	III.5.2. Apresentação e Debate.....	8
IV.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
V.	EQUIPE TÉCNICA.....	23
	V.1. NACIONAL.....	23
	V.2. INTERNACIONAL	24

QUADROS

<i>Quadro 1 – Número de instituições e representantes presentes, por segmento.....</i>	<i>6</i>
<i>Quadro 2 – Programação da reunião pública no Litoral Norte de São Paulo.....</i>	<i>7</i>

LISTA DE SIGLAS

AIC	Avaliação de Impactos Cumulativos
CBH-LN	Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Litoral Norte
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CDSS	Companhia Docas de São Sebastião
CGY	Comissão Guarani Yvyrupa
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
COPROD	Coordenação de Licenciamento Ambiental de Produção de Petróleo e Gás
CPLA	Coordenadoria de Planejamento Ambiental
DERSA	Desenvolvimento Rodoviário S.A.
ESREG	Escritório Regional
FCT	Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba
GERCO	Gerenciamento Costeiro
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LN	Litoral Norte
MP/SP	Ministério Público de São Paulo
MPF	Ministério Público Federal
OAB-SP	Ordem dos Advogados de São Paulo
ONG	Organização Não Governamental
OTSS	Observatório dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina
PAIC	Projeto de Avaliação de Impactos Cumulativos
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PEA	Programa de Educação Ambiental
PCTT	Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais

SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SIMA	Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
TEBAR	Terminal Marítimo Almirante Barroso
UC	Unidade de Conservação
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

I. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento, desenvolvido no âmbito do Projeto de Avaliação de Impactos Cumulativos (PAIC), constitui o Volume 1 do Relatório da Reunião de Apresentação dos Resultados Finais na região Litoral Norte de São Paulo e tem como objetivo descrever as atividades realizadas durante a reunião, bem como as atividades prévias de planejamento e preparação, e as estratégias de mobilização dos atores. No Volume 2 apresentam-se os apêndices.

O PAIC visa o atendimento às condicionantes de licença dos empreendimentos Atividade de Produção e escoamento de Petróleo e Gás Natural do Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 1, Etapa 2 e Etapa 3, impostas pelo IBAMA.

Diante da importância da participação e acompanhamento do projeto pela sociedade, estão previstos vários momentos de envolvimento dos atores locais e regionais (organizações não governamentais, populações tradicionais, unidades de conservação, poder público municipal, estadual e federal, instituições de ensino e pesquisa, iniciativa privada e demais interessados), de modo que as preocupações das comunidades afetadas sejam identificadas e que o produto final reflita a realidade e contribua para a gestão socioambiental da região. Garantindo, dessa forma, que se atinjam alguns dos objetivos do projeto, tais como: identificar as preocupações das comunidades afetadas, sobre os impactos cumulativos; possibilitar a participação e o acompanhamento da sociedade civil; subsidiar a gestão de políticas públicas e a gestão da resposta aos impactos cumulativos.

Esta segunda reunião pública, que decorreu no dia 23 de outubro de 2020 com representantes dos diversos segmentos e instituições atuantes na região, teve como foco a apresentação dos resultados finais do Projeto, como forma de dar uma devolutiva à sociedade dos trabalhos realizados; possibilitar o debate sobre o conteúdo documental levantado e as análises realizadas. Constitui-se um importante momento do processo, pois nela foram apresentados e discutidos os resultados alcançados ao longo de todo o projeto e o programa de gestão e mitigação de impactos.

Por ser uma reunião pública, para apresentação e validação das informações levantadas, a mesma foi planejada para um grupo grande de pessoas constituído pelas instituições que atuam na região e pela sociedade em geral, buscando uma grande representatividade dos principais segmentos e uma diversidade significativa de atores (com as diferentes visões do território).

O formato, a metodologia empregada, a dinâmica da reunião e o registro das discussões estão descritos nos itens subsequentes.

II. PLANEJAMENTO E PREPARAÇÃO DA REUNIÃO

O planejamento e preparação da reunião foram coordenados por Pedro Bettencourt, Marcel Scarton e Fabiano Melo, com a participação da equipe técnica indicada na seção V.

Por se tratar de uma reunião pública, aberta à sociedade em geral, estimou-se um número entre 40 (quarenta) a 70 (setenta) participantes, considerando as instituições e atores convidados anteriormente para as oficinas participativas e reunião pública, bem como aqueles que estiveram presentes nos momentos participativos, buscando assim ter uma representatividade significativa dos diferentes setores (poderes públicos das três esferas de governo, organizações não governamentais atuantes, associações comunitárias representativas, institutos de pesquisa e empreendedores da região) dos 4 (quatro) municípios do Litoral Norte de São Paulo (São Sebastião, Ilhabela, Caraguatatuba e Ubatuba) e a presença de grande diversidade de atores.

Para a organização da reunião, definiu-se em conjunto com a PETROBRAS e com o IBAMA, a data de 23 de outubro de 2020 para sua realização.

Devido à atual situação de pandemia de SARS-CoV-2 (COVID 19) e à impossibilidade de realização de reuniões e aglomerações presenciais, conjuntamente com os prejuízos ao projeto que poderiam acontecer decorrentes da postergação por tempo indefinido dos encontros presenciais, definiu-se em conjunto com a PETROBRAS e com o IBAMA que a oficina poderia acontecer em formato virtual, por meio da plataforma Zoom.

A plataforma Zoom possibilita o uso gratuito por parte dos participantes, e pode ser acessada via aplicativo nos celulares, ou via site e aplicativo nos computadores.

O material didático/de apoio, bem como a programação/detalhamento da reunião foram entregues e aprovados pela PETROBRAS previamente à realização da mesma, contendo:

- Convite enviado aos participantes;
- Material de apoio: apresentação do projeto; resumo dos resultados alcançados em cada fase; programação/detalhamento da reunião.
- Apresentações a serem realizadas na reunião.

Como parte das estratégias de mobilização e sensibilização dos atores, partiu-se da listagem de atores convidados para a primeira Reunião Pública – Litoral Norte de São Paulo, incluindo-se também aqueles que estiveram presentes nos momentos participativos realizados ao longo do projeto (a saber: duas oficinas participativas e uma reunião pública), expandindo-se o convite para os principais mailings e redes sociais da região.

Os atores e instituições convidados foram contatados via telefone, e-mail e grupos virtuais.

A mobilização para participação na reunião foi enfatizada por meio da divulgação do convite eletrônico enviado com antecedência; a participação foi confirmada, ou não, via contato telefônico com antecedência de 15 dias, e novamente na semana que antecedeu a reunião. Durante esses contatos, pode-se confirmar a participação de 34 (trinta e quatro) pessoas, de 20 (vinte) instituições (algumas instituições confirmaram a presença com mais de um representante).

Na descrição da reunião está registrado o número de pessoas, bem como as instituições que estiveram presentes na mesma.

III. REALIZAÇÃO DA REUNIÃO

III.1. ORGANIZAÇÃO E LOGÍSTICA

A segunda reunião pública foi realizada no dia 23 de outubro de 2020, por meio virtual através da Plataforma Zoom, com início às 9h00 e término às 13h15.

III.2. OBJETIVOS

Esta reunião pública teve como objetivos:

- A apresentação e discussão dos resultados finais do Projeto de Avaliação de Impactos Cumulativos;
- A apresentação e discussão do Programa de Gestão e Mitigação de Impactos Cumulativos proposto no Relatório Técnico Analítico dos Resultados Alcançados (Fase 6).

Desta forma, buscou-se o envolvimento da sociedade e apropriação da proposta e dos resultados por parte dos gestores, para que os resultados reflitam a realidade da região e para que haja continuidade do projeto.

III.3. PARTICIPANTES

O público-alvo da reunião foram os representantes das instituições convidadas para os diferentes momentos participativos realizados ao longo Projeto; outros representantes institucionais (considerando os segmentos: poder público federal, poder público estadual, poder público municipal, setor privado/grandes empreendedores, organizações não governamentais - ONGs, movimentos/associações comunitárias, instituições de ensino e pesquisa); e o público em geral.

Por se tratar de uma reunião aberta e pelo fato do convite ter sido divulgado em diversos mailings e redes sociais, e replicado individualmente por cada ator, não se pode estimar o número de instituições convidadas.

Durante a mobilização e confirmação de presença, pode-se confirmar a participação de 34 (trinta e quatro) pessoas, de 20 (vinte) instituições, pois algumas instituições estariam presentes com mais de um representante, o que de fato ocorreu. No entanto, durante a reunião pode-se registrar a presença de instituições e pessoas que não haviam confirmado, assim como a ausência de pessoas confirmadas.

Sendo assim, estiveram presentes um total 57 (cinquenta e sete) pessoas representando 26 (vinte e seis) instituições. A lista de presenças da reunião está apresentada no **APÊNDICE 1 (Volume 2)**.

Do total de participantes, pode-se registrar a presença de diferentes segmentos, tais como poder público federal, poder público estadual, poder público municipal, setor privado/grandes empreendedores, empresas de consultoria, ONGs, Associações comunitárias, pesquisadores e instituições de pesquisa.

O Quadro abaixo apresenta os segmentos da sociedade com o número de instituições presentes, assim como seus representantes.

Quadro 1 – Número de instituições e representantes presentes, por segmento.

Segmentos	Número de instituições presentes (total de pessoas)
Poder Público Federal	3 (6)
Poder Público Estadual	5 (10)
Poder Público Municipal	4 (5)
Empreendedores	2 (11)
ONGs	5 (7)
Associações Comunitárias	3 (7)
Instituições de Pesquisa/pesquisadores	3 (3)
Empresas	1 (1)
Outros*	- (7)
Total	26 (57)

*ressalta-se que o segmento “outros” representa os participantes que não se identificaram como representante de nenhuma instituição.

Considera-se, desta forma, que houve uma representatividade e participação qualificada e bastante significativa, abrangendo os diferentes setores da sociedade, tais como os poderes públicos federal, estadual e municipal, setor privado e sociedade civil.

III.4. PROGRAMAÇÃO / DINÂMICAS

A reunião foi planejada para acontecer durante meio período (manhã) com diferentes momentos que permitissem aos participantes um conhecimento/nivelamento do tema, um envolvimento no projeto e nos seus resultados e a possibilidade de participação e discussão ativa. As metodologias incluíram:

- Métodos expositivos com projeção de slides
- Métodos ativos com envolvimento dos participantes (discussão e análise)

Desta forma, a programação foi estruturada com um momento de apresentação de aspectos técnicos já levantados pela consultoria (com o objetivo de dar conhecimento ao tema, nivelar as informações e apresentar os resultados alcançados para subsidiar a discussão), seguido de debate para questionamentos e discussões do conteúdo apresentado.

O Quadro 2 apresenta a programação detalhada da reunião.

Quadro 2 – Programação da reunião pública no Litoral Norte de São Paulo

Horário	Tema	Conteúdo
9:00 – 9:30	Abertura	Apresentação e contextualização do PAIC e da reunião
9:30 – 10:30	Apresentação de resultados	Principais resultados do PAIC, Programa de Gestão e Mitigação de Impactos Cumulativos
10:30 – 11:30	Debate	Sessão de perguntas e debate
11:30 – 11:45	Síntese e conclusões	Apresentação de síntese e conclusões
11:45 – 12:00	Encerramento	Encerramento

III.5. REGISTRO DAS DISCUSSÕES

III.5.1. Abertura

A abertura da reunião teve início com a fala do representante do IBAMA, Itagyba Neto (Coordenador COPROD), que agradeceu a presença de todos, contextualizou o PAIC no âmbito do licenciamento do Pré-Sal destacando sua relevância e pioneirismo. Ressaltou o desafio de uma avaliação como esta, e também sua importância para políticas públicas. Colocou que a equipe do IBAMA (COPROD e ESREG Caraguatatuba) se empenhou no acompanhamento do projeto e na garantia da qualidade técnica dos produtos, ressaltando que os resultados alcançados são bastante significativos e importantes. Em seguida, o representante da PETROBRAS, Fernando Almeida (Gerente de Meio Ambiente da Bacia de Santos), agradeceu a presença de todos, destacou a complexidade e importância do PAIC e o processo de construção, desde 2017, culminando nos resultados apresentados, que considerou de grande importância. Destacou o momento atual de colher contribuições da sociedade para melhoria dos resultados. Esclareceu que o Ministério Público pleiteou estudos complementares para aprimoramento do processo (principalmente em relação aos limites de alteração de alguns fatores; à análise das áreas urbanizáveis e ao diagnóstico da capacidade institucional) o que resultou na dilatação do cronograma, também face à situação atual de pandemia.

III.5.2. Apresentação e Debate

O primeiro momento da Reunião contou com uma apresentação técnica da consultoria Témis/Nemus (**APÊNDICE 2, Volume 2**), com o seguinte conteúdo:

- Plano da Reunião (objetivos, programa)
- Apresentação do PAIC (objetivos, regiões, faseamento)
- Apresentação dos principais resultados de cada fase
- Apresentação do Programa de Gestão e Mitigação de Impactos Cumulativos

Após a apresentação abriu-se o debate com perguntas e colocações dos participantes. Os presentes também se manifestaram via *chat* da plataforma, tanto durante a apresentação, como durante o debate (**APÊNDICE 3, Volume 2**). As considerações e questionamentos foram em seguida respondidos pela equipe técnica do projeto (Temis/Nemus), pelo IBAMA, e pela PETROBRAS.

PERGUNTAS/COLOCAÇÕES:

– **Tadeu Badaró (Ministério Público de São Paulo)** colocou que o Ministério Público acompanhou todo o processo, apontando alguns pontos de divergência, que foram traduzidos em documentos técnicos encaminhados ao IBAMA. Destacou o respeito aos profissionais da consultoria e da PETROBRAS que elaboraram o estudo, e aos profissionais do IBAMA que acompanham o PAIC, ressaltando que, infelizmente, não foi possível acessar outras esferas no IBAMA quanto a este projeto. Ressaltou a exigência da avaliação de impactos cumulativos de maneira inédita pelo IBAMA, mas lembrou que foi também uma reivindicação da sociedade civil do Litoral Norte, posteriormente representada judicialmente pelo Ministério Público (no âmbito do licenciamento do Porto de São Sebastião que não focou a análise nos impactos cumulativos e sinérgicos), demonstrando assim que o estudo é fundamental para a região. Dessa forma, entende que o diagnóstico deve apresentar concretamente os impactos e apresentar respostas eficientes e vinculadas aos problemas diagnosticados. Colocou que o estudo comprovou que há uma relação de causa e efeito entre as obras de infraestrutura e impactos cumulativos e sinérgicos sobre fatores, como pressão sobre os recursos florestais, recursos hídricos, populações tradicionais, serviços públicos, déficit habitacional, processos migratórios, escassez de áreas, induções de ocupações irregulares, entre outros. O estudo comprovou que há sim impactos profundos e preocupantes e que tendem a se agravar. Da mesma forma, o cenário sobre a capacidade administrativa dos órgãos para dar resposta ao cenário tendencial negativo é preocupante, pois agora se constata que não há um prognóstico de melhoria da capacidade administrativa para fazer frente aos

impactos previstos. Ressaltou que o Ministério Público espera da conclusão desse trabalho que se possa corrigir a rota do desenvolvimento do Litoral Norte, pois o caminho que está se seguindo levará à insustentabilidade da região. Discordou da proposta de criação de um grupo de trabalho multi-institucional coordenado pelo IBAMA para acompanhar esses impactos e medidas associadas, visto que não é atribuição do IBAMA coordenar a execução de políticas públicas e sim conduzir os processos de licenciamento. Considerou ser fundamental importar boas experiências semelhantes em outros países, no entanto, temos que considerar a realidade da região principalmente para analisar a capacidade dos órgãos para enfrentar esses problemas e implantar políticas públicas. Essa é uma dificuldade na região, demonstrada no estudo pela própria dificuldade encontrada em dialogar com os municípios, um dos quais não recebeu a consultoria; após inúmeras tentativas, foram realizadas apenas reuniões pontuais sem considerações técnicas das equipes dos municípios (exceto o município de Ubatuba que não atendeu aos convites), apenas percepções dos entrevistados, sendo ainda identificados défices de toda a ordem. Destacou que, para as políticas públicas saírem do papel precisa-se de vinculação, ou seja, criar mecanismos que atrelem (de maneira jurídica inclusive) as políticas públicas ao desenvolvimento de obras de infraestrutura, pois já há muita avaliação que demonstra criticidade, mas não se passa para a fase efetiva das ações que precisam ser executadas. Ressaltou ainda que, a partir do momento em que os problemas ficaram mais evidentes, é inadmissível que se continue licenciando novos empreendimentos de infraestrutura, já que a região não suporta mais pressão, pois, se continuarmos com esse desenvolvimento, teremos aproximadamente metade da população do Litoral Norte em situação precária, as águas com péssimas condições de qualidade, não teremos disponibilidade hídrica, haverá um aumento do índice de violência, diminuição da qualidade da saúde, perda de recursos florestais, entre outros. Iremos transformar o Litoral Norte na Baixada Santista, e os prejuízos serão maiores que os benefícios trazidos pelo desenvolvimento econômico para o Litoral Norte. Colocou então que o IBAMA não pode ignorar o que está sendo diagnosticado e projetado no estudo e que, sem contrapartidas, não podemos avançar, ou seja, o IBAMA precisa fazer

o papel não de articulador, mas de órgão licenciador, e não permitir novas obras e empreendimentos que impactarão ainda mais a região enquanto não forem solucionados os problemas crônicos, pois a região não tem capacidade para suportar novas obras. Na medida em que as políticas públicas forem condições para as políticas de desenvolvimento econômico e infraestrutura, a incapacidade administrativa dos órgãos desaparecerá, mas são necessárias propostas de ações concretas para o Litoral Norte se desenvolver com sustentabilidade e capacidade de suporte.

– **Ariane Rosa (Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba - FCT)** destacou os representantes do FCT, CGY, CONAQ, Coordenação Nacional Caiçara que participaram do processo – Carol, Ivanilde, Santiago, Juninho e Neide e fez a leitura de uma carta que será direcionada às empresas executoras, ao IBAMA, à PETROBRAS e ao Ministério Público. Colocou que as comunidades querem um basta aos novos empreendimentos, pela defesa do patrimônio cultural e ambiental, pois não há capacidade de suporte na região e comunidades para novas pressões e empreendimentos na terra e no mar. Reivindicou ainda que os novos empreendimentos devem consultar as comunidades e incluir as legislações a elas relacionadas. Solicitou que alguns pontos sejam incluídos e considerados no projeto, tais como as legislações que protegem os povos tradicionais; a inclusão da Aldeia Rio Bonito de Ubatuba; a inclusão dos nomes das Terras Indígenas em Guarani e também em português; a inclusão da pesca artesanal como atividade econômica dos povos indígenas; na avaliação de impactos a inclusão dos impactos de outras condicionantes da PETROBRAS, em especial o Projeto de Monitoramento da Atividade Pesqueira, o Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais e o Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações e, por fim, nos fatores habitação e comunidades tradicionais, a inclusão dos impactos de empreendimentos imobiliários costeiros nas praias, que agravam os conflitos fundiários, urbanização das praias e novos assentamentos precários. Ressaltou que querem manter o diálogo e colocou que o fórum está aberto para conversar. Destacou o relevante

papel dos povos na manutenção da vida, da cultura e identidade, e da preservação ambiental.

– **Patricia de Menezes Cardoso (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra/Ordem dos Advogados de São Paulo)** parabenizou as empresas responsáveis pelo estudo e destacou que a execução do PAIC é um momento histórico e uma demanda da região. Relatou que, por já terem ouvido em ocasiões anteriores (de empreendedores e atores da região) que as comunidades tradicionais deveriam ser extintas, considera uma grande conquista a incorporação do olhar e das vivências das comunidades na região e ainda que, o estudo aponta o que muito foi negado pelos processos de licenciamento, como os impactos diretos dos empreendimentos nas comunidades tradicionais e no adensamento populacional. Ressaltou a importância dos resultados e a conquista dos atores da região. Colocou que muitos fatores poderiam ser incorporados e também os resultados de outros projetos. Por fim, considerou que não há mais capacidade de suporte, principalmente nos territórios tradicionais, para novos empreendimentos na região.

– **Gil Scatena (Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente / Coordenadoria de Planejamento Ambiental)** comentou que, para quem trabalha com planejamento, considera muito bom ver instrumentos de caráter estratégico serem elaborados, pois esses planejamentos são importantes, ainda que haja dificuldade em sua execução. Destacou a importância da iniciativa, ainda mais vindo de uma estatal com atuação significativa na região, que é um território estratégico, com interesses em diferentes níveis. Ressaltou as dificuldades de planejamento de políticas públicas, principalmente pela sobreposição de planos e programas e instrumentos de planejamento no mesmo território e pela necessidade de terem ações práticas. Destacou que este estudo apresenta um planejamento amplo, intersetorial, com várias escalas, por isso a importância dos órgãos envolvidos estarem preparados. Colocou que os planos devem ter sinergia, e que o PAIC deve ter articulação eficiente em diferentes instâncias, envolver os órgãos que são co-responsabilizados e as diferentes ações e

programas, para que se avance para ações. Ressaltou a necessidade de se olhar para a regularização fundiária como possibilidade para se equacionar as demandas habitacionais sem necessariamente se pensar na ampliação de ocupação do território. Questionou se os recursos financeiros necessários para aplicação das ações estão vinculados às compensações da PETROBRAS, visto que tanto a região como a própria PETROBRAS não carecem de recursos. Por fim, destacou o avanço que um plano como este representa e a necessidade de ser fortalecido e que, os representantes dos órgãos responsáveis assumam compromissos factíveis. Sugeriu que, principalmente no fator habitação, para que as medidas sejam efetivas e factíveis, há que se garantir uma pactuação no nível de tomadores de decisão. Colocou a necessidade de inserir a Fundação Florestal como responsável nas questões das Unidades de Conservação, já que é o órgão responsável pela maioria das UCs na região; assim como no saneamento, detalhar a atuação, responsabilidade e dificuldades, tanto dos municípios como da SABESP, e ainda, no caso das comunidades tradicionais, entende a importância de as ações que atendem as demandas estarem no documento, mas isso envolve vários órgãos, então, deve se responsabilizar e realizar uma articulação refinada e bem feita. Por fim, ressaltou a importância de um plano dessa natureza e o avanço de termos desse instrumento, mas, refere que para dar um passo além, é necessário fortalecer o instrumento, não só o documento (dados e proposições), mas a articulação com os atores e responsáveis, para que assumam compromissos factíveis de serem realizados, garantindo a eficiência desse plano.

RESPOSTAS/CONSIDERAÇÕES:

– **Bruno Teixeira (IBAMA/ Coordenação de Licenciamento Ambiental de Produção de Petróleo e Gás)** concordou com a fala do Gil Scatena (SIMA/CPLA) e ressaltou que o foco da discussão deve ser mesmo a articulação entre os órgãos, para efetividade das ações e medidas de mitigação. Esclareceu que, mesmo não havendo instrumentos norteadores para avaliação de impactos cumulativos no Brasil, os diferentes guias indicam que esse tipo de avaliação

deve ser feita de forma estratégica em um planejamento regional, pelos órgãos ambientais. Esclareceu que a condicionante foi colocada na ocasião do licenciamento da produção de petróleo e gás para entender como os impactos desses empreendimentos iriam se relacionar com demais impactos que afetam a região, mas de fato há limitações quando se trabalha essa ferramenta no âmbito do licenciamento. Concordou com a fala de Tadeu Badaró (MP/SP), mas ressaltou que, para conseguirmos a aplicação desejada desse instrumento teremos que alterar o funcionamento do licenciamento no Brasil. Em relação à satisfação colocada por alguns participantes com o fato do projeto apresentar, de forma analítica, os resultados e problemas já conhecidos, destacou que se sente feliz, pois essa era a contribuição esperada do licenciamento dos projetos de Petróleo e Gás, ou seja, realizar um diagnóstico da região, tornar os dados e resultados públicos e, propor medidas de mitigação. Por fim, esclareceu que o PAIC realizou estudos, apontou impactos cumulativos, mas não tinha como objetivo apontar a relação entre empreendimentos e impactos. Dessa forma, há uma dificuldade em se estabelecer medidas mitigadoras para os projetos de acordo com o impacto – como funciona o rito de licenciamento, em que se identifica causa e efeito dos projetos. Esclareceu que a atuação do IBAMA não se limita ao PAIC, há outros projetos de mitigação para que, de fato, se consiga delimitar a responsabilidade de cada projeto, para se estabelecer as ações efetivas de mitigação, tais como o Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações; Monitoramento de Rendas Petrolíferas; o Projeto de Educação Ambiental; Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais. Por fim, esclareceu que o licenciamento de um empreendimento específico não é o instrumento para se tratar de mitigação de impactos cumulativos, há outros instrumentos que devem ser fortalecidos, como a avaliação ambiental estratégica, o gerenciamento costeiro, entre outros, que sejam instrumentos de escala regional.

– **Pedro Bettencourt (Temis/Nemus)** concordou com as falas dos participantes e ressaltou a necessidade de uma pactuação interfederativa e a importância de uma articulação refinada para efetividade das ações, já que os

problemas identificados envolvem diferentes áreas e temas. Esclareceu que a proposta apresentada representa um ponto de partida para as discussões; o estudo apontou causa e efeito e assim propôs ações ambiciosas como ponto de partida para soluções, que não serão construídas de forma imediata nem irão substituir responsabilidades dos órgãos. Ressaltou que deve sim haver vinculação das ações com os órgãos responsáveis, incluindo os recursos financeiros necessários, como há exemplos em outros países, no entanto, como a avaliação de impactos cumulativos não está formalizada, os acordos são construídos como pactuações específicas que se traduzem nos licenciamentos. Por fim colocou que a maioria das soluções devem ser pensadas e realizadas em nível regional, para serem mais efetivas.

PERGUNTAS/COLOCAÇÕES:

– **Douglas Santos (Secretaria de Meio Ambiente/Prefeitura de Caraguatatuba)** colocou que os empreendimentos atraem população para a região agravando problemas de infraestrutura já existentes, tais como a drenagem urbana, resíduos sólidos, habitações precárias, assim como demonstrado no estudo. Sugeriu acrescentar dados do Plano de Investimento realizado pelo CBH-LN principalmente em relação à drenagem. Ressaltou a importância de se destacar a ordem de grandeza para solucionar esses problemas, pois os investimentos são tão altos quanto os dos grandes projetos. Sugeriu que, para a região ter capacidade de suporte é preciso se investir recursos, no mínimo, no mesmo montante dos projetos de infraestrutura.

– **Roberto Francine (Associação Cunhambebe)** agradeceu a presença de todos, pois se sente parte de todo o processo, uma vez que, ao final deste ano completa-se 14 anos em que esse processo foi iniciado a partir de demandas da sociedade civil. Relembrou que a proposta do PAIC era de se ter um maior envolvimento do governo Estado na análise do que vai acontecer na região, mais do que a PETROBRAS; por sorte houve uma oportunidade no âmbito do licenciamento do Pré-Sal para execução dessa análise, até porque os maiores

impactos estão relacionados às obras e projetos do Estado, como a duplicação da Rodovia dos Tamoios e o Porto de São Sebastião. Ressaltou que a sociedade civil deve estar organizada e com espaço articulado para acompanhar e fazer o controle social; o “Diálogo do Litoral Norte” representa um importante espaço para se discutir o desenvolvimento regional com a participação da sociedade civil, empreendedores, poderes públicos. Esclareceu que hoje o “Diálogo” está parado e não há um espaço ou estrutura para essa discussão. O Conselho da Região Metropolitana seria um local para essa discussão, já que outros fóruns regionais como o CBH-LN e o GERCO têm outras finalidades. Colocou que o PAIC é um importante instrumento de planejamento regional e deve ser alimentado para permitir o acompanhamento das transformações da região e buscar as soluções para os problemas identificados. Ressaltou que hoje temos um retrato maravilhoso da região, mas, se não for alimentado, será mais um estudo de planejamento sem ações efetivas. Dessa forma, questionou como se dará a perenização desse instrumento para se mantenha atualizado? Por fim, sugeriu que o “Diálogo” seja reativado, com o fortalecimento de uma instituições/estrutura, para garantir a discussão com a participação da sociedade.

– **Maria Capucci (Ministério Público Federal)** parabenizou a equipe que desenvolveu os estudos e colocou que há dois pontos importantes para discussão: os produtos do estudo (resultados) e o instrumento (como utilizá-lo). Destacou que, em relação ao produto, verificaram-se algumas questões e divergências nos resultados, já apontadas pelo órgão em documento técnico, como por exemplo: a necessidade de atualização dos dados dos royalties, a necessidade de consideração do TEBAR e da operação ship-to-ship como causadores de impacto, a taxa de assentamentos precários que traz dados diferentes no último relatório, as questões trazidas pelo FCT quanto à nomeação de algumas comunidades, o uso apenas de dados secundários, a identificação de locais para novas habitações para sanar a questão da precariedade habitacional; são pontos a serem discutidos e aperfeiçoados no produto final. Já em relação ao instrumento de avaliação de impactos cumulativos, ressaltou que deve ser considerado no processo de licenciamento, em que os empreendimentos devem

explicitar como o projeto se comportará em caso de cumulatividade dos impactos. Esclareceu que, em relação à execução de uma avaliação de impactos cumulativos para a PETROBRAS a questão está superada, pois o Pré-Sal contempla uma série de empreendimentos, por isso é uma avaliação do setor de Petróleo e Gás (sendo o Pré-Sal um guarda-chuva), ou seja, foi feito, há um produto, submetido à discussão pública, mas a discussão deve ir além. Ressaltou que a reivindicação da realização de uma AIC é uma discussão antiga, primeiramente da sociedade civil e depois encampada pelos Ministérios Público Federal e Estadual na ocasião do licenciamento da ampliação do Porto de São Sebastião. Questionou então o que será feito com esse estudo? Uma vez que trata-se de uma condicionante de licença, podemos considerá-la cumprida? Colocou que, uma vez que o estudo trouxe toda a situação da região, se analisarmos com outros estudos, e compararmos com a ausência de medidas concretas, é claro que não vamos avançar na implementação dessas medidas, pois nem a capacidade institucional nem a vontade política atendem. Sendo assim, ou esse estudo passa a condicionar a implantação de novos empreendimentos ou não servirá para a finalidade a que foi proposto. Sendo assim, esse estudo deve ser considerado na fase de atestar a viabilidade de um projeto (fase de licença prévia) considerando a situação atual somada aos impactos do projeto. Destacou que essa análise precisa ser considerada na ocasião de novos licenciamentos, pois a região está no seu limite e esta é a resposta que se quer do IBAMA. Esclareceu que o estudo não deve ser considerado na definição de medidas condicionantes, já que não relaciona impacto e empreendimento (como colocado pelo representante do IBAMA anteriormente), e sim em fase anterior – quando se atesta ou não a viabilidade do projeto. Destacou que, enquanto não houver melhoria das condições retratadas no estudo, não deverão ser viabilizados novos empreendimentos, pois a região não suporta mais impactos e, dessa forma, o próprio setor econômico pressionará para solucionar os gargalos do Litoral Norte e então viabilizar novos investimentos. Por fim, destacou os atributos naturais do Litoral Norte, tais como a Mata Atlântica, a zona costeira, os territórios protegidos por Unidades de Conservação, referindo que, para sua manutenção, terão que se inviabilizar novos

empreendimentos; questionou o IBAMA se esse instrumento irá subsidiar a decisão a respeito da viabilidade de novos empreendimentos na região?

– **Gabriela Murua (Observatório dos Territórios Saudáveis e Sustentáveis da Bocaina)** agradeceu e parabenizou os resultados alcançados, em especial pelo diálogo com as comunidades. Ressaltou que os diagnósticos são importantes, pois, mesmo que existam muitos dados, a realização dos estudos de caracterização (como PCTT) asseguram a garantia dos direitos das comunidades, tal como a consulta prévia e informada. Colocou que existem condicionantes que não abrangem todas as comunidades tradicionais e questionou se todas as comunidades do Litoral Norte estão sendo ouvidas, ressaltando que, desde a primeira oficina foi colocada a necessidade de ampliar o diálogo para outros municípios não abrangidos pelo FCT (como Ilhabela, Caraguatatuba e São Sebastião). Ressaltou que os resultados estão muito bons, mas questiona se de fato irão subsidiar adequação de condicionantes já existentes e suscitar novas condicionantes, como por exemplo, a existência de condicionantes que trabalham só com comunidades pesqueiras, desconsiderando as comunidades quilombolas e indígenas que também pescam (conforme demonstrado em vários estudos, inclusive o PAIC). Colocou a necessidade de estarem explícitos os impactos do Pré-Sal na região. Sentiu falta de dados sobre a especulação imobiliária no fator habitação como um indutor de pressão, ainda que os dados sobre assentamentos precários sejam interessantes, é preciso incluir a questão do aumento da construção imobiliária e do valor dos imóveis. Por fim, colocou que considera fundamental incluir as análises de impactos cumulativos no processo de licenciamento, principalmente no âmbito do Pré-Sal e empreendimentos associados, que influenciam e transformam a região.

– **Eduardo Hipólito (Secretaria de Meio Ambiente/Ilhabela)** ressaltou que o estudo é bom e bastante abrangente, mas, por ser um estudo de impactos cumulativos, não pode deixar de incluir um fator estressante como o TEBAR e a existência e potencialidade de ampliação do Porto, pois representam as principais possibilidades de acidentes e grandes tragédias na região. Considerou

indispensável que estejam incluídos os dados possíveis em virtude da operação do terminal (TEBAR) pela potencialidade de atingir toda a região no caso de um acidente. Sentiu falta, como estressores, de outros empreendimentos que podem vir no futuro, como a ampliação do píer da PETROBRAS, que aumentaria o tráfego de embarcações, e também operação ship-to-ship, pelo potencial efeito poluidor. Por fim, destacou que devem ser considerados não só a operação do terminal, mas também a existência dos oleodutos, até pelo histórico de graves acidentes na região.

RESPOSTAS/CONSIDERAÇÕES:

– **Bruno Teixeira (IBAMA/ Coordenação de Licenciamento Ambiental de Produção de Petróleo e Gás)** esclareceu que o PAIC considera todas as comunidades tradicionais do Litoral Norte e que a metodologia não é a mesma dos projetos comunitários como PEA e PCTT, com processos participativos mais limitados que estes projetos. Ressaltou que está satisfeito com as convergências dos resultados finais. Destacou que após o evento será disponibilizado um prazo para contribuições e, após esse prazo, o IBAMA emitirá parecer técnico considerando o processo e os resultados com a análise do cumprimento da condicionante. Esclareceu que o IBAMA, no licenciamento do Pré-Sal, não tem competência para exigir a implementação dos projetos de mitigação propostos no produto final, ressaltando que o programa de gestão e mitigação apresentado é uma contribuição do projeto para a sociedade e para as diversas instâncias de planejamento e poder público. Colocou que os resultados serão incorporados nos processos do IBAMA, sempre que pertinentes, e que a expectativa é de que os resultados sirvam como subsídio para atestar a viabilidade ambiental de novos empreendimentos.

– **Pedro Koehler (IBAMA/ Escritório Regional Caraguatatuba)** colocou sua preocupação em relação ao atendimento da expectativa de uso do instrumento de avaliação de impactos cumulativos no âmbito do licenciamento, principalmente na liberação de novas licenças, pelas limitações da própria ferramenta do

licenciamento ambiental no Brasil, pela ausência da normatização da avaliação de impactos cumulativos e pela própria conjuntura política atual. Ressaltou o papel estratégico do Ministério Público na execução do programa de gestão e mitigação apresentado no estudo, atuando junto aos órgãos responsáveis pelas ações.

– **Pedro Bettencourt (Temis/Nemus)** agradeceu a todas as colocações e parabenizou o debate, ficou satisfeito com a participação representativa de diversos setores e com a qualidade das discussões, que focaram no que é importante, ou seja, como tornar esse instrumento útil e seus resultados práticos. Ressaltou a necessidade de articulação interinstitucional diante dos problemas a serem enfrentados, tais como falta de recursos, envolvimento das empresas, inserção nos próximos licenciamentos, para que as medidas não fiquem apenas no papel. Destacou que o processo foi longo (iniciado em 2016), então alguns dados já estão desatualizados. Acrescentou ainda que, o processo é complexo, mas foi muito acompanhado (pela PETROBRAS e IBAMA), por isso há resultados técnicos complexos, muitas vezes parecendo contraditórios, mas que na realidade não são contraditórios. Esclareceu que os dados de assentamentos precários referidos por Maria Capucci não são contraditórios porque são dados diferentes – o primeiro dado refere-se ao crescimento do número de domicílios e o segundo ao aumento de pessoas residentes em assentamentos precários. Ressaltou que agora não devemos deixar que o diagnóstico se sobreponha às soluções; a questão crítica é o que fazer com essa ferramenta, como o compromisso pode ser assumido e os aspectos chave desse compromisso. Colocou que essa proposta é um ponto de partida para ser aprimorada e contribuir para o debate. Por fim, destacou que este estudo corresponde a uma das etapas, e não o fim do processo, a próxima etapa é a construção do compromisso interinstitucional e a terceira etapa é a implementação progressiva das medidas; já se avançou bastante, mas existem ainda outras etapas bastante desafiantes pela frente.

– **Larissa Bellezi (PETROBRAS)** ressaltou que todos os documentos produzidos estão disponíveis no site www.comunicabaciadesantos.com.br e que

as contribuições adicionais a esta reunião poderão ser feitas até o dia 20 de novembro pelo canal fale conosco, no referido site.

– **Fernando Almeida (PETROBRAS)** agradeceu a todos os presentes, à equipe da PETROBRAS e da consultoria, e destacou a qualidade da discussão ressaltando que os objetivos do projeto foram atingidos e as sugestões de melhorias serão consideradas. Destacou as demandas de continuidade, no uso efetivo deste instrumento e no envolvimento de outros órgãos responsáveis, deixando a PETROBRAS de ser a protagonista do processo e passando a ser mais uma parte interessada na discussão.

– **Marcel Scarton (Temis/Nemus)** agradeceu a todos pela participação e envolvimento, colocou a consultoria à disposição para o recebimento de contribuições, e encerrou a reunião.

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os objetivos da reunião foram alcançados, possibilitando a apresentação dos resultados finais e a discussão do conteúdo apresentado, contribuindo para o aprimoramento do processo.

Em relação à participação, contou com a presença significativa das instituições que atuam na região. Estiveram presentes 26 instituições e 57 representantes, dos diferentes segmentos (poder público federal, poder público estadual, poder público municipal, empreendedores, ONG, associações comunitárias, pesquisadores, empresas), podendo-se considerar uma participação diversificada e qualificada da sociedade. A discussão foi ativa e viva, com diferentes ideias e opiniões, contribuindo para que as preocupações de várias entidades fossem identificadas.

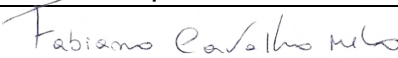
O Relatório Técnico Analítico dos Resultados Alcançados (Fase 6), assim como a apresentação realizada, estão disponibilizados no site da PETROBRAS (www.comunicabaciadesantos.com.br) para que a sociedade tenha acesso às informações produzidas, conheça o conteúdo detalhado do relatório e assim possa contribuir com informações e demandas reais da região. As contribuições adicionais a esta reunião final deverão ser enviadas até dia 20 de novembro de 2020.


Dessa forma, o Programa de Gestão e Mitigação de Impactos, que é uma contribuição do projeto para a sociedade e para as diversas instâncias de planejamento e poder público, será enriquecido com as contribuições e conhecimento dos participantes.


Pode-se considerar que a sociedade demonstrou grande expectativa em relação a este projeto e que a integração dos resultados nos processos decisórios, é de grande importância para região. Ficou evidente que o Litoral Norte de São Paulo está em processo de transformação, com grandes investimentos e projetos de grande porte, que cumulativamente interferem com os atributos naturais e com o desenvolvimento sustentável. Nesse âmbito, foi acentuada a necessidade de vinculação e articulação entre órgãos responsáveis, para se conseguir passar à prática as medidas propostas.


V. EQUIPE TÉCNICA

V.1. NACIONAL


Profissional	Fabiano Carvalho Melo
Empresa	Témis
Registro no Conselho de Classe	CREA/BA: 58.980
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental	5787600
Responsável pela(s) Seção(ões)	Técnico Responsável
Assinatura	


Profissional	Marcel Peruzzo Scarton
Empresa	Témis
Registro no Conselho de Classe	OAB/BA: 20.099
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental	6066133
Responsável pela(s) Seção(ões)	Gerenciamento de contrato
Assinatura	

Profissional	Carolina Rodrigues Bio Poletto
Empresa	Témis
Registro no Conselho de Classe	CRBio: 047070/01-D
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental	578511
Responsável pela(s) Seção(ões)	Participação social
Assinatura	

Profissional	Mateus Rodrigues Giffoni
Empresa	Témis / Nemus
Registro no Conselho de Classe	CRBio: 92.192/08-D
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental	5651923
Responsável pela(s) Seção(ões)	Participação social/apoio técnico
Assinatura	

V.2. INTERNACIONAL

Profissional	Pedro Bettencourt
Empresa	Témis / Nemus
Registro no Conselho de Classe	CREA/BA 051427452-2
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental	6816028
Responsável pela(s) Seção(ões)	Gerenciamento de projeto
Assinatura	

Profissional	Cláudia Fulgêncio
Empresa	Nemus
Registro no Conselho de Classe	Não aplicável
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental	Não aplicável
Responsável pela(s) Seção(ões)	Participação social/apoio técnico
Assinatura	

Profissional	Diogo Maia
Empresa	Nemus
Registro no Conselho de Classe	Não aplicável
Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental	Não aplicável
Responsável pela(s) Seção(ões)	Participação social/apoio técnico
Assinatura	